

## **JOVENS E ADULTOS COMO OBJETO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**

*Magna Simone de Souza Pinheiro*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB  
vmonesp@yahoo.com.br

*Edinaldo Medeiros Carmo*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB  
medeirosed@uesb.edu.br

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia, de acordo com abordagem do Ciclo de Política estudado por Ball, Bowe e Mainardes. Por meio dessa abordagem foi possível compreender a Política de Educação no contexto de Influência e no contexto da Produção de Texto. Além disso, o artigo discute os temas conduzidos pela Política, como as questões sociais que afetam o percurso de aprendizagem, as orientações metodológicas e a organização do currículo, com o intuito de nortear as unidades escolares para uma nova concepção de educação e dessa forma, tentar diminuir os altos índices de evasão e garantir o acesso à educação. Nesse sentido, o Estado, e mais especificamente sua Política de Educação de Jovens e Adultos, é aqui entendida em sua dimensão política, o que nos leva a compreendê-la como uma arena social, onde predominam diferentes interesses, influências, argumentações e conflitos.

**Palavras-chave:** Ciclo de Política. Educação de Jovens e Adultos. Política da EJA.

### **1. Introdução**

As políticas públicas são analisadas, instituídas e efetivadas, com o objetivo de atender as necessidades da sociedade em vários aspectos. Compõem-se o contexto das políticas públicas as políticas educacionais que são implantadas no ambiente escolar. Nesse sentido, entende-se por política, todos os textos e programas elaborados por órgãos governamentais. De acordo com Lopes e Macedo (2011), a política é visualizada dentro de um sistema, que abrange entendimento, conflitos e influências. Visto que, as teorias pós-estruturalistas abordam a relação de poder entre a política e a sociedade, a qual retrata que o poder não é determinado de cima para baixo, ele é disseminado em diversas localidades, principalmente no espaço escolar, onde a política é legitimada e executada. Mainardes *et al.* (2011, p. 144), expõe “[...] no Brasil, observa-se um

aumento significativo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisa e eventos específicos de políticas sociais e políticas educacionais”. A partir dessa perspectiva, buscamos analisar a Política Curricular do Estado da Bahia para a Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da abordagem do ciclo de política elaborado por Stephen J. Ball e seus colaboradores, citados por Mainardes (2006). O autor apresenta o ciclo de política formado por cinco contextos: contexto da influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados e contexto da estratégia política. Dos cinco contextos propostos por Ball *et al.*, ressaltamos que o a política curricular da EJA no estado da Bahia foi aqui analisada conforme o contexto da influência e o contexto de produção de texto. Logo, é necessário a definição dos respectivos contextos para um melhor entendimento do público leitor. Em relação ao contexto da influência, Mainardes (2006) afirma que,

O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (MAINARDES, 2006, p. 5).

O contexto da influência, é caracterizado pelas discussões em torno da construção dos textos políticos mediante relações de poder. É nesse contexto que os diferentes grupos representados por órgãos do governo, partidos políticos, comunidades, associações diversas e agências internacionais pleiteiamos propósitos sociais das políticas educacionais. O segundo contexto referente à produção de textos é representado pelos textos legais, oficiais e políticos. São considerados discursos materializados e revelam os jogos de poder e os interesses dos autores. Dentro dessa ótica, Mainardes (2011, p.159) enfatiza que, “[...]a análise do texto refere-se ao exame do conteúdo da política e das pressuposições que fundamentam ou que estão subjacentes às políticas. Envolve a análise dos objetivos da política [...]”. Em suma, o contexto da produção de texto, tem o intuito de interpretar os frutos dos debates políticos instituídos para a elaboração da política.

Desse modo, a utilização da abordagem do Ciclo de Políticas na análise da política curricular, permite uma melhor compreensão nos aspectos da formulação, produção de textos, implementação e resultados. O Ciclo de Políticas possibilita ao pesquisador uma visão fragmentada e multidisciplinar da política.

### **1.1 Direitos dos sujeitos a Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade de ensino heterogênea, que sofreu esquecimento ou foi despercebida por muito tempo. Contudo, hoje, está amparada legalmente pela Lei de Diretrizes e Base (LDB 9394/96), a qual, no Título V, Seção V em seu artigo 37 diz: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” A EJA ao ser firmada na LDB, tornou-se uma política de Estado, com a possibilidade de se elevar o nível de aprendizagem da população. Dessa forma, cabe ao governo oferecer condições favoráveis para estimular o acesso da população excluída do sistema regular de ensino.

Além das questões educacionais, a EJA abrange outras dimensões sociais que afetam o seu percurso na aprendizagem. Nesse sentido, as políticas curriculares para essa modalidade devem traçar estratégias que visam nortear a prática docente para tentar sanar essas dificuldades e tornar o currículo mais atraente, dinâmico e democrático. Dentro desse contexto, a preocupação com o ensino noturno, assim como a Educação de Jovens e Adultos, é uma preocupação desde o Império, em que se pode verificar por meio de ações governamentais da época que instituiu os cursos noturnos voltados aos adultos trabalhadores. Diante dessa perspectiva, Soares (2002) destaca:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino (SOARES, 2002, p. 8).

Na mesma linha de pensamento, Saviani (2014, p.32), argumenta que “[...] ao longo da Primeira República o ensino permaneceu praticamente estagnado, o que pode ser ilustrado com o número de analfabetos em relação a população local”. Portanto, foi a partir do ano de 1930, durante o processo de industrialização, que ocorreu o aumento do acesso às escolas, no sentido de atender as necessidades do setor industrial.

Para Soares (1996), recentemente o cenário da EJA vem se modificando e se colocando como um importante campo de pesquisa e atuação. Porém, nem sempre foi assim, segundo o autor, por muito tempo a EJA foi relegada a um plano secundário e sem prioridades na área. Diante disso, a Educação de Jovens e Adultos deve ser entendida enquanto processo contínuo de formação dos educandos. Entretanto, inserida no contexto escolar deverá levar em consideração as especificidades, o trabalho e os saberes dos jovens e adultos. Dessa forma, para garantir o Direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica, o currículo para essa modalidade deve ser sustentado numa pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propício à emancipação dos educandos. É com essa finalidade que a Política Curricular do Estado da Bahia implantada no ano de 2009, assegura firmar os compromissos com a EJA, na tentativa de diminuir a evasão e garantir o acesso de todos de forma democrática.

## **2. Política curricular da EJA: uma breve análise dos contextos de influência e produção de texto**

### **2.1 Contexto de Influência**

No documento intitulado “Política da EJA da Rede Estadual”, busca situar a Educação de Jovens e Adultos em um cenário histórico e nacional. Nesse aspecto, o documento evidencia a compreensão de que as políticas públicas podem ser influenciadas no contexto global, nacional e local. Lopes e Macedo (2011), define o contexto da influência como,

[...] território em que são hegemônicos os conceitos mais centrais da política, criando-se um discurso e uma terminologia próprios que visam legitimar a intervenção. Nesse contexto, são estabelecidos os princípios básicos que orientam

as políticas, em meio a lutas de poder nas quais os autores são desde partidos políticos, esferas de governo a grupos privados e agências multilaterais [...] (LOPES e MACEDO, 2011, p. 256).

Constata-se na construção da Política da EJA, influência do professor Miguel Arroyo, e como base de referências as teorias da psicogênese de Piaget e a concepção de educação de adultos de Paulo Freire. Nesse sentido, é importante frisar o conceito de educação que esses autores discutem. Nessa perspectiva Arroyo (2007), apresenta a seguinte reflexão:

A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que, qualquer tentativa de diluí-los em categorias muito amplas os desfigura. A EJA tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem da sociedade. Daí, que a EJA continua tendo sentido enquanto política afirmativa desse coletivo cada vez mais vulnerável. Não poderá ser diluída em políticas generalistas. Em tempos, em que essa configuração dos jovens e adultos populares, em vez de se diluir, está se demarcando, cada vez com mais força, a EJA tem de assumir-se como uma política afirmativa com uma marca e direção específica (ARROYO, 2007, p. 7).

A Educação de Jovens e Adultos é destinada a todas as pessoas que por diversos motivos não puderam continuar com os estudos na idade regular. Constata-se que os fatores econômicos e sociais excluem esses sujeitos do ambiente escolar durante a infância e adolescência, pois, a maioria vive do trabalho informal e desse modo, não possui horários definidos que geralmente acaba interferindo no acesso à escola.

A concepção de educação para Piaget (1978), perpassa pela estruturação do pensamento do indivíduo que é capaz de analisar a realidade, interferindo sobre ela. Assim, o conhecimento processa de um movimento particular onde o indivíduo recebe as informações novas e adiciona aos conhecimentos anteriores, oportunizando a definição de várias relações entre ambos. Enquanto que Paulo Freire (2003), discute a aprendizagem como uma prática de reprodução, de redefinição de sentidos e defende a estratégia de aprendizagem com foco no aluno, para que estes sejam sujeitos autônomos e conscientes.

Voltando ao contexto da Influência, Mainardes (2006), expõe que esse contexto é representado por arenas públicas, grupos da sociedade, redes políticas e órgãos internacionais, tais como: UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, as influências

internacionais presentes no texto partem da compreensão dos princípios que respaldam a proposta curricular que foram concebidos a partir da apreciação dos documentos que fazem alusão às Conferências Internacionais para EJA, denominadas (CONFINTEAs). Nesse contexto, foi realizada no Brasil no ano de 2009 a VI CONFINTEA<sup>1</sup>, a qual sensibilizou os diversos setores envolvidos com a EJA para compor uma Comissão Organizadora Nacional do Encontro Preparatório para a Conferência. O resultado da sensibilização culminou na formação de fóruns e reuniões com os vários segmentos da comunidade, como também a participação de educadores e educandos. Mainardes (2006), aborda que no contexto da Influência, as análises são reconhecidas para a construção do suporte da política curricular. Dessa forma, o autor destaca que

O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência (MAINARDES, 2006, p. 51).

Quanto à influência local, os segmentos que participaram da construção do texto da política curricular para a EJA do Estado da Bahia, foram as Diretorias Regionais de Educação (DIREC), hoje denominadas de Núcleo Territorial de Educação (NTE). A Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Movimentos Sociais e a Gestão Pública, também tiveram participação na elaboração desse documento. Conforme o texto da política da EJA, esses segmentos envolveram-se em reuniões, seminários, fóruns e encontros com o objetivo de discutir os anseios da Educação de Jovens e Adultos. Do ponto de vista de Matos (2015), a EJA vem ganhando espaço, caracterizando-se em um processo contínuo. Nesse sentido afirma:

Da mesma forma, a Conferência Mundial de Educação, através da publicação do Relatório Delors (2001), também chamou atenção para essa premissa básica; qual

---

<sup>1</sup>Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA VI, ocorrida em Belém, em dezembro de 2009. O grande desafio posto agora é o de passar da retórica à ação, envidando esforços para que as recomendações apresentadas no Marco de Ação de Belém sejam implementadas nas políticas públicas da educação de jovens e adultos. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf)> Acesso em: 16 ago. 2017.

seja de colocar a educação ao longo da vida. As Confinteas (de 1949 até a última em Belém do Pará) bem como as cátedras Unesco vêm também apresentando um potencial de interlocução como laboratórios de ideias no campo de aprendizagem de jovens e adultos, com ênfase na aprendizagem ao longo da vida. Tais premissas passaram a fazer parte da agenda das políticas públicas [...] (MATOS, 2007, *apud* BARCELOS; DANTAS, 2015, p. 55).

Nesse espaço de discussão para a construção da política da EJA, percebe-se que há um grande desafio depositado nas escolas, universidades, governo e diversos grupos da sociedade em garantir a concretização das ações relacionadas à EJA. Em relação à influência nacional, esta diz respeito aos documentos que direcionam as ações educacionais. Assim no texto da política, além dos documentos da CONFINTEA, foi utilizado a Lei de Diretrizes e Base (LDB 9394/96). Do mesmo modo, o Conselho Estadual de Educação (CEE) também influenciou na construção do texto com o objetivo de pautar a proposta às leis que direcionam a educação no Brasil. Assim, após a realização dessas etapas, a proposta foi redigida, configurando-se na Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia. Nesse sentido, apresentaremos a seguir a análise da política curricular conforme o contexto da produção de texto.

## 2.2 Contexto da produção de texto

Mainardes (2006, p. 53), ressalta que “Os textos das políticas terão uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores. Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação [...]”. Dentro dessa abordagem, os textos podem ser interpretados de diversas formas, conforme a realidade em que está inserido. Partindo desse pressuposto, o texto da política da EJA em um primeiro momento, apresenta uma concepção de educação para a construção do novo currículo da EJA. Em seguida discute aspectos sobre a metodologia, ressaltando-se que deve estarem consonância com a realidade existencial dos sujeitos da EJA. De acordo com a realidade desses sujeitos, o texto traz uma estrutura curricular com mudanças no conteúdo e na metodologia, apontando também os desafios a serem enfrentados pela EJA e o perfil formador do educador para trabalhar com essa modalidade de ensino.

Apresenta também, as orientações que devem nortear a aprendizagem dos jovens e adultos como veremos a seguir.

### **2.2.1 Jovens e Adultos: oportunidade de acesso à educação**

A consciência do direito à educação cresce entre Jovens e Adultos que não conseguiram continuar seus estudos no ensino regular. Nesse caso, o texto da Política da EJA, ressalta a necessidade de garantir a Educação Básica de Jovens e Adultos, enquanto direito. Para isso, a Política determina que a EJA deve ser compreendida como um processo contínuo de formação humana. Quanto à implementação das políticas de educação no Brasil, Saviani (2014) destaca que há uma notória descontinuidade e em consequência disso, o Brasil ainda não conseguiu diminuir as taxas de analfabetismo. Como se pode ver, as modalidades históricas da política educacional brasileira são marcadas por avanços e retrocessos, na medida em que os elaboradores buscam imprimir as marcas das influências que sofrem, nas quais prevalecem os interesses privados mascarados de interesse público.

Muito se tem discutido que a educação deve ser reafirmada como direito do cidadão e dever do Estado, da sociedade e da família. Portanto para garantir esse direito, o referido texto da política, aborda que o currículo para a EJA deve ser ancorado em uma pedagogia crítica, isto é, a educação deve conduzir o desenvolvimento dos cidadãos para que sejam capazes de analisar, transformar sua realidade social, cultural e histórica. Para Freire (2003), a prática educativa a ser desenvolvida com a EJA, deve se preocupar com a leitura crítica do mundo e, nesse contexto, os educandos devem ser considerados como sujeitos autônomos. Do mesmo modo, o educador crítico deve considerar a voz ativa dos alunos, suas concepções de mundo, para que esses se sintam agentes transformadores e atuantes no processo.

Conforme o texto da Política da EJA, o compromisso do Estado é democratizar e efetivar o processo educacional da EJA no Estado da Bahia. Soma-se a isto alguns questionamentos relacionados a EJA, quanto aos sujeitos que a constituem. A EJA é destinada a quem? Quais os significados para a sociedade e quais as possibilidades educacionais oferecidas a EJA? Nesse prisma, o texto da Política traz uma visão dos sujeitos da EJA, como homens e mulheres que



lutam pela sobrevivência nas cidades ou campos, são donas de casa, operários e assalariados. Há uma necessidade para a própria discussão do currículo em saber quem é esse aluno que se diferencia em cada localidade e região.

Fica claro no texto da Política da EJA, que o público dessa modalidade é caracterizado por pessoas que por diversos fatores não conseguiram acompanhar o ensino fundamental. Esse público, segundo o texto da Política vem diminuindo ao longo do tempo e em contrapartida, a presença de adolescentes que saíram da educação fundamental, vem aumentando no ensino noturno. Portanto é imprescindível saber quem é o público da EJA, no sentido de elaborar currículos mais atraentes e específicos para essa modalidade.

O texto da Política da EJA, argumenta que, para assegurar a prática pedagógica condizente com a realidade, é necessário que os sujeitos tenham acesso ao conhecimento, à cultura e as várias possibilidades do mundo do trabalho, mas para que essa prática pedagógica ideal seja de fato concretizada, é preciso enfrentar alguns desafios que são impostos. No entanto, o texto relata que é preciso estabelecer diálogos com as coordenações de inclusão e diversidade, com o objetivo de buscar colaboração para projetos que atendam a EJA e indígenas que necessitam de ações educativas especiais. Dessa forma, o texto orienta que os órgãos responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos construam relações harmoniosas a fim de alcançar as etapas necessárias para garantir o acesso dos sujeitos à educação. Nesse sentido, as etapas dizem respeito em identificar os municípios e redes estaduais que oferecem a EJA ou caso não tenham, mas pretendem implantar com o objetivo de atender a necessidade da comunidade local. Portanto, essa etapa é considerada como porta de entrada para que novos desafios sejam vencidos.

### **2.2.2 Abrangência da Educação de Jovens e Adultos**

Sabendo que a EJA é uma modalidade que abrange Jovens e Adultos trabalhadores, o texto determina que os jovens sejam matriculados a partir dos 18 anos, sendo a idade mínima para o acesso do ensino noturno da EJA. No texto é citado o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o qual define com relação a idade, o conceito de criança e adolescente. Conforme o Estatuto, considera-se criança, aquela que tem doze anos incompletos e adolescentes,

peças com idade entre doze e dezoito anos. De acordo com o texto, além da EJA, os programas do Governo Federal, como o Projovem<sup>2</sup> no campo e PROEJA<sup>3</sup>, também definem a idade mínima de dezoito anos para a participação nos programas. Ainda com relação a idade, o texto menciona alguns relatos de educadores e educandos insatisfeitos com a presença de alunos adolescentes menores de dezoito anos na EJA. A respeito desse problema, o texto da política ressalta:

[...] a permanência de alunos adolescentes (de 14 a 17 anos) na EJA tem trazido grandes prejuízos à prática dos educadores, que se sentem perdidos frente às expectativas, saberes e ritmos tão variados. Além disso, é preciso atentar para o fato de que não há metodologia nem material didático que possa dar conta de tamanha diversidade. Consequentemente, compromete-se a aprendizagem dos educandos, os quais atribuem valências diferentes à escola e ao processo de formação (BAHIA/SEC/ RESOLUÇÃO 2009,p.12).

Nesse processo, é importante salientar que além das dificuldades registradas pelos educadores em torno desse problema, existem alguns profissionais da EJA que possuem um olhar negativo sobre os educandos e com isso constrói-se estereótipos desses sujeitos como alienados, rebeldes e sem compromisso com os estudos. Esse modelo de educando instituído por esses profissionais, muitas vezes contribui para o fracasso no processo educacional.

Conforme as dificuldades sinalizadas pelos educadores, a Secretaria do Estado da Bahia (SEC/BA), estabeleceu a elaboração de uma proposta denominada Tempo Juvenil, com características semelhantes ao tempo formativo da EJA, visando atender jovens entre 15 a 17 anos com distorção idade/ série. Essa proposta não consta no documento da Política da EJA, porém foi instituída no ano de 2011 nas escolas, com o objetivo de trabalhar temas geradores para essa modalidade.

---

<sup>2</sup>O Programa Nacional de Inclusão de Jovens Educação, Qualificação e Participação Cidadã – PROJÓVEM, é um componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Foi implantado em 2005, sob a Coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de jovens e adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16/08/2017.

Para assegurar essas responsabilidades determinadas pelo texto da Política da EJA, é importante que o educador reconheça os eixos temáticos, tais como, identidade, trabalho, cultura, diversidade e cidadania, com o objetivo de garantir a formação do ser humano, respeitando seus saberes e suas especificidades. Nessa perspectiva, é imprescindível o conhecimento da proposta curricular, da comunidade e de como vivem os jovens e adultos, ou seja, o educador em sua prática deve respeitar a diversidade que permeia a realidade da EJA, procurando entender de forma positiva, os valores e saberes trazidos por esses sujeitos para o ambiente escolar. Da mesma maneira, espera-se que a formação do educador, atenda conforme o texto da política, os princípios, eixos e temas geradores propostos para a Educação de Jovens e Adultos.

### **2.2.3 Orientações metodológicas e organização do currículo para a EJA**

De acordo com a concepção desenhada para a EJA no texto da Política do Estado da Bahia, as orientações metodológicas para a construção curricular versam pelo reconhecimento dos saberes construídos, o respeito às especificidades, o diálogo e o trabalho coletivo. Partido dessas orientações metodológicas trazidas pela Política da EJA, a mesma aponta os princípios que devem nortear a prática pedagógica. Portanto, nota-se que há uma preocupação da Política em dar um enfoque no reconhecimento e valorização dos sujeitos quanto aos saberes, valores, memórias e identidades. Além disso, discute-se que o currículo deve ser construído de forma coletiva, com efeito a atender a diversidade encontrada no espaço da EJA. Nesse âmbito, Capucho (2012) argumenta que:

Em um cenário propenso às inovações, apresentou-se crescente a crítica aos modelos de currículo organizados em disciplinas dispostas de modo fragmentado e sem correlação, sendo apontadas como urgente a necessidade de repensar o ensino tradicional e o modelo clássico da escola por meio de propostas mais dinâmicas, mais próximas à realidade dos(as) estudantes, envolvendo-os(as) efetivamente no processo educativo, formando para a vida (CAPUCHO, 2012, p. 82).

Em outras palavras, é preciso criar currículos flexíveis, menos fragmentados e mais próximos da realidade da EJA, reconhecendo os processos de aprendizagens formais e informais.

Conforme defende Sacristán (2000, p.30), “[...] o currículo é um dos conceitos mais potentes, estrategicamente falando, para analisar como a prática se sustenta e se expressa de uma forma peculiar dentro de um contexto escolar”. No entanto, o professor é um dos atores principais, um dos agentes ativos nesse processo, uma vez que se pode afirmar, ainda de acordo o ponto de vista de Sacristán (2000, p. 164), “[...] o currículo molda os docentes, mas é traduzido na prática por eles mesmos – a influência é recíproca”. De fato, existe uma concepção do educador como mediador do currículo que se materializa na prática pedagógica a partir de uma rede de saberes e fazeres cotidianos.

Com essas constatações, o texto da Política da EJA evidencia para a construção coletiva da proposta curricular e nesse processo, a construção deve seguir os Tempos Formativos, Eixos Temáticos e Temas Geradores. A partir disso, as áreas do conhecimento deverão se organizar com o objetivo de superar o modelo multidisciplinar enraizado na formação inicial dos educandos. Em virtude do que foi mencionado para a construção do currículo, o texto da Política propõe alguns critérios para acompanhar a aprendizagem desses sujeitos. Desse modo, é fundamental acompanhar a trajetória de aprendizagem, levando em consideração a concepção de educação que ampara a Política da EJA. No entanto, para que esse acompanhamento seja de fato eficaz, a Política reconhece que o diálogo, a valorização das experiências vividas, como também, a participação ativa do educando, contribui para a organização do trabalho educativo.

No que se refere ao papel social do currículo Apple (2006, p. 103), descreve o currículo como um “mecanismo de controle social”. Aponta que o currículo não é neutro e nem aleatório e para decodificar o porquê de determinado conhecimento fazer parte do programa da escola e representar os interesses de alguns grupos, é necessário entendermos quais são seus interesses sociais e econômicos, haja vista que estes guiaram a seleção e organização do currículo. Por todas estas razões, a construção do currículo precisa ser pensada e organizada com propostas que atendam às necessidades dos jovens e adultos. Sobretudo, deve ser flexível e aberto a mudanças, pois é notório que o currículo implantado nas escolas é responsável pelo sucesso ou fracasso dos educandos. Sobre esse tema a proposta curricular para EJA aponta que:

A complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem

ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2001, p. 163).

O currículo da EJA deve abranger as diferentes concepções da formação humana, como os valores, o conhecimento social, político e cultural. Para o trabalho com a EJA, o currículo deve ser orientado com base na diversidade de alunos, na cultura e nos saberes. Dado o exposto, a proposta curricular presente na Política da EJA da rede estadual da Bahia, está organizada em Tempos Formativos, que foram originados da discussão de temas abordados em conferências. Assim, cada tempo possui os eixos temáticos com duração de um ano. Conforme a orientação do texto da Política da EJA, os conhecimentos específicos das áreas devem-se tomar como referência os conteúdos indicados para a EJA apresentados pelo Ministério da Educação (MEC). Assim, a organização do currículo deve contemplar o processo de formação, os saberes, a diversidade das vivências e o desenvolvimento pleno do ser humano.

São vários os problemas que hoje afetam a escola e um dos problemas que mais se discute é a questão do currículo, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, pois muitas vezes esses sujeitos não conseguem acompanhar a proposta curricular engessada e imposta à escola.

### **3. Considerações finais**

O estudo da Política Curricular da EJA do Estado da Bahia, evidenciou como esse documento foi elaborado, bem como as influências presentes no texto que possibilitaram após várias reuniões a construção da proposta curricular. O texto da Política buscou de maneiras diferentes a participação de autores e segmentos da sociedade, para que essa responsabilidade de construir o currículo, acontecesse de forma coletiva e democrática.

Com base nesse estudo, pode-se perceber que o texto da Política para EJA da Rede Estadual da Bahia, apresentou ao longo do seu discurso formas de garantir a Educação para todos aqueles que por algum motivo não conseguiram prosseguir os estudos no tempo e idade regular. Dentro desse cenário, a Política apontou mudanças relacionadas a metodologia e a organização do novo

currículo com o intuito de situar a EJA no Estado e mostrar que esta não pode ficar alheia ao que acontece na sociedade em termos educacionais.

#### 4. Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, M. G. **Balanço da EJA**: o que mudou nos modos de vida dos jovens adultos populares? Revista de Educação de Jovens e Adultos, V. I; 2007.

BAHIA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Política de EJA da Rede Estadual. Aprendizagem ao Longo da Vida**. Salvador. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. Secretaria da Educação 2009.

BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 9.394, 20 dez.1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei nº 8.069. Brasília, 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Massagão Ribeiro; -São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf)>. Acesso em : 16 de ago. de 2017.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos**: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª edição, 2003.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stphen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. Ball, Stephen; Mainardes, Jefferson (org). In: **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, J.- Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27 n.94, p. 47-69, jan/abr.2006.

MATOS OLIVEIRA, M. O. Políticas, cultura e currículo: referenciais para uma análise crítica na EJA. In: Barcelos, Valdo; Dantas, Tânia Regina. **Políticas e práticas na Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Cap.2, p. 53-74.

PIAGET, Jean. **A Epistemologia Genética, Sabedoria e ilusões da Filosofia**. Problemas da Psicologia Genética – tradução de Natanael Caixeiro. Zilda Dacier, Célia de Pierro – 2ª ed. - São Paulo, Os Pensadores: Abril Cultural. 1978.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre; Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: autores Associados, 2014.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista *Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão. Set/ out 1996.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos: Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro, 2002.